

Seja bem vindo e relaxe em resort idealmente situado no Oceano Índico e no centro da cidade de Maputo
Parque privado de 10 hectares, 2 piscinas com bilhar, serviço de segurança 24 horas, centro de negócios, salão de cabeleireiro, loja africana, prática de fisioterapia
Rua Dom Joao Castro, 321 Maputo - Moçambique * Tels: 00258 21 492706/7 21 492806 * Fax: 00258 21 492704 * E-mail: miramarkayakwanga@tdm.co.mz



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quinta-feira, 09 de Novembro de 2023 - Edição nº4951

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua da Resistencia, Nº1642, Prédio CII/3M - Maputo - Moçambique
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

DÍVIDAS OCULTAS

Credit Suisse livre do julgamento em Londres após acordo com Privinvest

(Maputo) O banco Credit Suisse e o grupo naval Privinvest anunciaram ter alcançado um acordo sobre o caso das dívidas de Moçambique em curso no Tribunal Comercial de Londres e que está previsto terminar em Dezembro.

Num comunicado conjunto, juntamente com o proprietário da Privinvest, Iskandar Safa, referiram ter chegado a “uma solução global para todos os litígios presentes e futuros entre eles relativos a transações de financiamento garantidas pelo Estado em Moçambique”.

“As partes estão satisfeitas

por terem resolvido esta disputa de longa data decorrente de acontecimentos ocorridos há uma década”, concluíram no comunicado emitido na segunda-feira, sem adiantar mais detalhes.

O acordo permite agora ao banco suíço, entretanto adquirido pelo



CABO DELGADO

População denuncia terroristas em Macomia com apoio local

(Maputo) Populares do posto administrativo de Mucojo, distrito de Macomia, na província de Cabo Delgado, denunciaram ontem a alegada circulação de terroristas nas comunidades locais, em alguns casos com a protecção de membros da comunidade.

“Os terroristas continuam aqui entre nós, todas as semanas pelo menos uma

vez escalam uma das comunidades”, disse uma fonte da população, a partir de Mucojo.

Segundo a fonte, a escalada dos terroristas nas comunidades tem em vista a compra de produtos da primeira necessidade e usam os barcos dos pescadores locais, como meio de transporte.

“Quando chegam nas nossas comunidades eles compram tudo e usam os nossos barcos para

transportar os produtos deles”, acrescentou.

Outra fonte local disse que, quando chegam à comunidade, os terroristas têm apelado às populações para não abandonarem as suas casas, garantindo que não pretendem fazer mal: “Sempre dizem que não vão nos fazer mal, mas temos medo porque alguém que te matou e tirou-te tudo, não dá para confiar”.



Publicidade

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

grupo UBS, deixar de participar no julgamento, pois já tinha concluído um acordo com o Governo moçambicano que resultou no perdão de cerca de 450 milhões de dólares ao país.

O Credit Suisse continuava a ser financeiramente responsável perante a Privinvest caso fosse provado que o grupo naval subornou os três antigos funcionários do banco Andrew Pearse, Surjan Singh e Detelina Subeva, que também deixam de participar no julgamento.

Por resolver continuam as acusações de Moçambique contra a Privinvest e Safa de subornar funcionários públicos, em particular o antigo ministro das Finanças Manuel Chang, para aprovarem contratos e o financiamento de empréstimos de três empresas estatais (Proindicus, EMATUM e MAM) para a compra de barcos de pesca e equipamento

de segurança marítima à Privinvest.

Moçambique exige 3,1 mil milhões de dólares para cobrir custos e outros compromissos financeiros, mas a Privinvest nega ter cometido qualquer irregularidade, alegando que pagamentos realizados às pessoas em causa eram investimentos, pagamentos de serviços e contribuições para campanhas políticas.

O julgamento também deverá decidir sobre as acções judiciais interpostas pelos bancos VTB e BCP para serem ressarcidos pelo financiamento dado em 2013 e 2014 às empresas públicas moçambicanas.

O julgamento está previsto continuar até ao final de Dezembro, mas a decisão deverá demorar vários meses até ser anunciada.

O caso das “dívidas ocultas” remonta a 2013 e 2014, quando Chang aprovou, à revelia do Parlamento, ga-

rantias estatais sobre os empréstimos da Proindicus, Ematus e MAM aos bancos Credit Suisse e VTB.

Descobertas em 2016, as dívidas foram estimadas em cerca de 2,7 mil milhões de dólares, de acordo com a acusação apresentada pelo Ministério Público, originando processos judiciais nos Estados Unidos e em Moçambique.

No processo em Londres estão nomeados vários altos funcionários públicos e figuras de Estado, como o antigo Presidente Armando Guebuza, mas foi reconhecida imunidade diplomática ao actual chefe de Estado, Filipe Nyusi, que na altura era ministro da Defesa.

Num julgamento em Maputo do mesmo caso que foi concluído em Dezembro, 11 dos 19 arguidos foram condenados a penas de prisão de entre 10 e 12 anos. **(Redacção)**

População denuncia terroristas em Macomia com apoio local

Apesar do aparente ambiente de segurança, a população da vila sede distrital de Macomia, a 40 quilómetros, de Mucojo, afirma-se insegura e alguns comerciantes preferiram mudar os seus negócios para Pemba, com receios da evolução da situação.

“Eu sou comerciante há mais de dez anos, mas não invisto muito em Macomia, agora tenho outros projectos em Pemba, não estou seguro ainda”, explicou um comerciante, a partir de Macomia.

O distrito de Macomia, centro

de Cabo Delgado, faz fronteira com o distrito de Muidumbe, através do rio Messalo, ao longo da Estrada Nacional 380, uma das poucas asfaltadas da região, que garante a ligação aos distritos mais ao norte. No rio Messalo duas travessias continuam interrompidos, desde 2021, devido às acções dos terroristas.

A província de Cabo Delgado enfrenta há seis anos uma insurgência armada com alguns ataques reclamados pelo grupo extremista Estado Islâmico.

A insurgência levou a uma

resposta militar desde Julho de 2021 com apoio do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), libertando distritos junto aos projectos de gás, mas surgiram novas vagas de ataques a sul de região e na vizinha província de Nampula.

O conflito já fez um milhão de deslocados, de acordo com Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e cerca de 4000 mortes, segundo o projecto de registo de conflitos ACLED. **(Redacção)**



CONTA FOI APROVADA APENAS POR DEPUTADOS DA FRELIMO

Parlamento corta 14% no seu orçamento para 2024

(Maputo) A Assembleia da República aprovou ontem um orçamento de pouco mais de 2,6 mil milhões de meticais para as suas despesas de funcionamento e investimento em 2024, menos 14% em comparação com 2023.

A conta foi aprovada apenas por deputados da Frelimo e com maioria qualificada no Parlamento, uma vez que as bancadas da Renamo, principal partido da oposição, e do MDM, terceiro maior partido, voltaram a faltar em bloco aos trabalhos da reunião plenária do órgão legislativo.

"A proposta do orçamento da Assembleia da República para o ano 2024, por imperativos de contenção de despesas, aponta para uma redução na ordem de 14% comparado com o orçamento de 2023", disse Hélder Injojo, deputado da Frelimo e presidente

do Conselho de Administração da Assembleia da República, que apresentou o documento.

Do valor ontem aprovado, a maior parcela vai para a despesa de funcionamento, que vai absorver pouco mais de 2,5 mil milhões de meticais. Um remanescente equivalente a quase dois milhões de dólares será destinado aos custos com investimento, acrescentou Injojo.

O presidente do Conselho de Administração da Assembleia da República avançou que as actividades do órgão em 2024 vão priorizar o reforço das funções representativa, legislativa e fiscalizadora do Parlamento e a capacitação institucional.


"Os instrumentos hoje (ontem) aprovados visam criar premissas para que esta casa possa cumprir com o seu papel no próximo ano, cumprindo com

a sua missão de representar os mais nobres interesses do povo moçambicano, assegurar a produção legislativa para funcionamento do nosso Estado e assegurar a ação fiscalizadora", enfatizou Hélder Injojo.

Os deputados da Renamo e do MDM voltaram a faltar ontem às sessões plenárias do Parlamento, depois de terem boicotado o acto solene de reinício dos trabalhos do órgão, como parte da contestação dos partidos da oposição aos resultados das eleições autárquicas de 11 de Outubro.

Os líderes da Renamo, Ossufo Momade, e do MDM, Lutero Simango, tinham dito em conferência de imprensa conjunta que os dois partidos iriam voltar ao Parlamento, mas este anúncio ainda não se materializou. **(Redacção)**



22 Rapid Street, Nelspruit(Entrada pela BP Riverside)
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email info@galeria.co.za
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652
www.galeria.co.za  Galeria Furniture Store Nelspruit

galeria antarte

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

Moçambique vai quadruplicar electricidade produzida por parques solares

(Maputo) A produção de electricidade em Moçambique a partir de parques solares vai quadruplicar em 2024, em mais de uma dezena de infra-estruturas, segundo documentos de suporte à proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano.

De acordo com o documento, em debate no Parlamento, a capacidade instalada de parques solares em 2023 estava estimada pelo Governo em 71.777 MegaWatts-hora (MWh), que no próximo ano deverá crescer para 278.519 MWh, um aumento de 288% no espaço de um ano.

Só a central solar de Mocuba,

província da Zambézia, centro do país, vai aumentar em 5% a sua produção no próximo ano, face a 2023, para 73.067 MWh, na previsão governamental.

Moçambique prevê produzir, globalmente, 18.496.557 MWh em 2024, uma redução de 1% face a 2023, sendo sobretudo garantida por aproveitamentos hídricos, com 14.995.899 MWh (-2%), e essencialmente decorrente da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), com 14.506.036 MWh (-3%), ainda assim com um peso de 82% de toda a estrutura de produção nacional.

“Comparando a produção e venda estimadas para 2023, a HCB

prevê para 2024 uma redução na Produção e Vendas de Energia, devido aos trabalhos de reparação do difusor da comporta (actividades preparatórias do Projecto de Reabilitação da Central - RS2) que colocará indisponíveis os grupos geradores 4 e 5”, lê-se no documento.

Já a Electricidade de Moçambique (EDM), produtora e distribuidora estatal, prevê um crescimento de 7% comparativamente às projecções para 2023, influenciadas pelo aumento substancial na produção das centrais hídricas de Mavuzi e Chicamba. **(Redacção)**

PARA REFORÇAR SISTEMA DE AVISO PRÉVIO

Governo norueguês doa um milhão de dólares a Moçambique

(Maputo) O Governo da Noruega vai desembolsar, nos próximos cinco anos, cerca de um milhão de dólares para reforçar o sistema de aviso prévio e adaptação às mudanças climáticas em Moçambique.

Para o efeito, o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e o Instituto de Meteorologia da Noruega (Met Norway) assinaram ontem um memorando de entendimento em Maputo. Na ocasião, o ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala disse esperar que a parceria melhore a prestação de serviços meteorológicos e climáticos.

“Esta parceria irá envolver o estabelecimento de melhores práticas, discussões colegiais e treinamento no uso de ferramentas compartilhadas, disseminação dos resultados, partilha de ferramentas para gerir e avaliar a qualidade de dados meteorológicos”, disse o governante.

“É nossa expectativa que, até 2030, o INAM consiga melhorar a prestação de serviços meteorológicos e climáticos, para informar

os decisores a (todos os) níveis, Informar e preparar os decisores e o público em geral para enfrentarem os eventos meteorológicos e climáticos extremos”, acrescentou.

Disse esperar do INAM o fortalecimento de parcerias científicas, pesquisas e estudos para melhorar a verificação, precisão e fiabilidade dos serviços operacionais meteorológicos e climáticos em Moçambique, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais e regionais.

Por sua vez, o embaixador Norueguês, Haakon Gram-Johannessen, apontou que a colaboração entre o INAM e o Met Norway é fundamental, pois irá fortalecer a capacidade de Moçambique prevenir os impactos dos eventos extremos.

“O sistema de aviso prévio é uma ferramenta importante na resposta a estes eventos. Este permite-nos saber qual é a probabilidade de tais eventos acontecerem, e o que fazer quando eles se fazem sentir”, disse.

Neste contexto, a colaboração entre o INAM e Instituto Meteorológico da Noruega é fundamental, na medida em que fortalecerá a capacidade de Moçambique prevenir os impactos adversos de qualquer fenómeno climático.

Referiu que Moçambique tem sido ciclicamente afectado por fenómenos climáticos extremos.

“Os ciclones Idai e Fred são exemplos recentes e os efeitos estão sendo sentidos até hoje e melhorar os dados meteorológicos, e conhecimentos sobre o clima para informar e orientar a tomada de decisão e a resposta a nível nacional, provincial e distrital é o nosso principal objectivo”, acrescentou.

A iniciativa está em linha com a orientação do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e da Organização Meteorológica Mundial sobre a iniciativa de “fornecer a todos os cidadãos do planeta, nos próximos cinco anos, um sistema integrado de Aviso-Prévio para uma Acção Antecipada”. **(Redacção)**